

Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.
CNPJ nº 02.599.378/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 (Valores Expressos em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, and Patrimônio Líquido. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Estoques, etc.

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

Table showing income statement items: Receita Operacional Líquida, Despesas Operacionais, Resultado Financeiro, etc.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Table showing comprehensive income statement items: Lucro Líquido do Exercício, Lucro antes do imposto de renda, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores Expressos em milhares de reais - R\$)

Table showing changes in equity components: Saldos em 31 de Dezembro de 2015, Aumento de capital, Dividendos mínimos obrigatórios, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional: A Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. fundada no dia 15 de junho de 1998 ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social produção, distribuição e comercialização de fertilizantes e produtos químicos. A Minorgan opera no mercado de fertilizantes biotecnológicos sendo a principal plataforma do Grupo SuperBAC para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita e sustentabilidade para o planeta. A Companhia modernizou seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego de tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integradas a um sistema de automação e controle industrial. Esses investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes biotecnológicos de alta qualidade no tempo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da biotecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalizador de nutrição. No primeiro semestre de 2017 ocorreram alterações na estrutura societária da Companhia, sendo (i) a controladora Superbac Proteção Ambiental S.A. ("Superbac") aumentou sua participação acionária para 76,52% (73,2% em 2016) por meio da compra de 317.869 ações ordinárias, da acionista minoritária Beatriz Ribeiro, que representava na data 3,5% do capital social da Minorgan; (ii) a Bio-Gênesis Participações S.A. (acionista da Superbac) adquiriu a totalidade das ações de Irinaldo Salvaggio (13,49%) e (iii) a Bio-Gênesis Participações S.A. permitiu com Beatriz Gonçalves Ribeiro o resgate de suas ações (9,99%). Vide nota explicativa nº 19 com a informação dos atuais acionistas da Companhia e suas respectivas participações societárias. 2. Base de Elaboração e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade: As informações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia optou por não divulgar a demonstração do valor adicionado, opção facultada pela Resolução CPC nº 1.162/09. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de valores. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)). A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos futuros podem diferir dessas estimativas. 3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: 3.1. Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia. 3.2. Moeda estrangeira: Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente na data da transação. Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. 3.3. Demonstrações dos fluxos de caixa: Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3.4. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Table showing cash flow statement items: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

(Aumento) redução de ativos: Contas a receber de clientes 8 (137.372) (15.267) Contas a receber de partes relacionadas 9 1 18 (2.841) Estoques 10 (8.248) (11.067) Impostos a recuperar 11 2.819 (5.424) Adiantamentos a fornecedores e outros 13 (1.920) (4.270) Outros ativos (827) (1.177) Aumento (redução) de passivos: Fornecedores 14 11.390 8.213 Obrigações trabalhistas e previdenciárias 16 4.011 448 Obrigações tributárias 16 (5.886) 737 Adiantamentos de clientes 17 4.433 (6.614) Provisão para comissões a pagar (7.716) 627 Outras contas a pagar 18 (6.631) 6.426 Caixa gerado pelas operações (84.057) 3.869 Imposto de renda e contribuição social pagos (9.133) (3.626) Juros sobre financiamentos pagos 15 (16.440) (10.771) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (109.630) (10.528) Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento Aquisição de ativos imobilizados 13 (20.971) (27.172) Aplicações financeiras 7 3.898 (21.202) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (17.073) (48.274) Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Aumento de capital 9 30.148 65.000 Transação com partes relacionadas, líquido 15 116.601 88.664 Pagamento de empréstimos e financiamentos 15 (63.390) (58.275) Pagamento de dividendos (2.646) (2.252) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento 80.714 93.137 Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 47.927 13.592 Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 1.938 47.327 Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa (45.989) 34.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras forma contábil. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 3.10. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. 3.11. Outros ativos: Demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidos até o encerramento do exercício e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. 3.12. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment"): No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment"). Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, entre dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2017, não

## continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado) da Minorgan Indústria e Comércio Fertilizantes S.A.

foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo na data. **3.13. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. **3.14. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.15. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real anual, com recolhimento mensal por estimativa e ajuste anual. A tributação na forma de lucro real anual compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Uma vez que, a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, o saldo referente a imposto de renda diferido ativo não está sendo reconhecido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **3.16. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, de produto, vendidos ou serviços prestados deduzidos de quaisquer estimativas de devolu-

ções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **Vendas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse foi passada nesse prazo de tal forma que todas as seguintes condições foram satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **4. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis:** A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 3.14), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **a) Reconhecimento da receita:** Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos descrito na IAS 18 (equivalente ao CPC 30 (R1)) e, em particular, se o Grupo havia transferido para o comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. **4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas:** A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos: **a) Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada conforme nota explicativa nº 13. **b) Provisão para riscos e processos judiciais:** Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **5. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas:** **Adoção de novas pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC:** A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir das demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 7	Iniciativa de divulgação, a aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perda a realizar, a aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia já avalia a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.
Alterações à IFRS 12	Incluídas nas melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2014-2016
Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes:	A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entraram em vigor em ou após 31 de dezembro de 2017.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Tem como objetivo, em última instância, substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (a) todos os ativos financeiros devem ser inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo; (b) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (c) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (d) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos dessa nova norma. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.	A Companhia não espera grandes impactos em decorrência da aplicação da IFRS 19.
IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos A norma substitui a IAS 11 - Contratos de Construção e a IAS 18 - Receitas e Correspondentes Interpretação; os principais objetivos são: (a) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (b) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (c) simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.	A Companhia não espera grandes impactos em decorrência da aplicação da IFRS 15.	
IFRS 16/CPC 06- Arrendamento Mercantil	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de "leases" (arrendamentos). A IFRS 16 substitui a IAS 17 - "Leases" e interpretações relacionadas. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia não espera grandes impactos em decorrência da aplicação da IFRS 16.
IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos.	A IFRIC 22 aborda como deve ser definida a "data da transação", com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida). A interpretação específica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a interpretação requer que a entidade determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.	A interpretação reflete a prática do que a Companhia já vem adotando em suas práticas contábeis.

Os pronunciamentos contábeis IAS 40 - Transferências de Propriedade para Investimento, IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture", IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações e IFRS 17 - Contratos de Seguros não são aplicáveis à Companhia. Em decorrência do compromisso de CPC e CFC manterem atualizadas o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas "International Financial Reporting Standards - IFRS".

6. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2017	2016
Caixa	10	10
Banco conta movimento	1.938	772
Aplicações financeiras	—	47.145
Total	1.938	47.927

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CBDs") com remuneração entre 95% e 105% em 2017 (95% e 105% em 2016) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

7. Aplicações Financeiras:	2017	2016
Certificados de Depósito Bancário - CBDs (a)	10.491	13.960
Fundos de investimento (b)	15.040	17.304
Letra Financeira (c)	6.229	—
Outros	127	107
Total	31.887	31.371
Circulante	26.250	31.371
Não circulante	5.637	—

(a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de depósito bancário - CBD, com rentabilidade de juros indexados no CDI e em 2017 tiveram variações entre 95% a 105% (95% a 105% em 2016). (b) Aplicação em fundos de investimentos realizados em bancos de primeira linha, com ranking AA, estabelecido pela S&P Global Ratings, com baixo grau de risco com uma remuneração anual média de 100% do CDI. (c) Aplicação realizada em banco de primeira linha na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual média de 102% do CDI.

8. Contas a Receber: a) Contas a receber:	2017	2016
Clientes nacionais	191.156	53.784
(-) Ajuste a valor presente (*)	(5.256)	(2.966)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.272)	(5.626)
Total	178.628	45.192

(\*) valor presente calculado com base na taxa SELIC.

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento:	2017	2016
A vencer	186.527	46.209
Vencidos:		
Até 30 dias	5.056	253
De 31 a 90 dias	6.288	552
De 91 a 180 dias	1.968	608
De 181 a 360 dias	2.199	3.054
Acima de 360 dias	6.718	3.108
Total	207.756	53.784

c) Movimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa:	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.692)	(4.930)
Adições	2.160	1.836
Reversões por perda efetiva	(1.836)	(5.626)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(4.368)	(2.566)
Adições	100	820
Reversões por perda efetiva	(820)	(7.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(7.272)	(5.626)

(\*) Reversões em função do recebimento das contas a receber.

**9. Transações com Partes Relacionadas:** Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Contas a receber de partes relacionadas:		
Rio Aguary SRL	14.936	13.218
MBR Shopping	1.664	3.400
Total	16.600	16.618
Créditos com partes relacionadas:		
Superbac (a)	1.487	6.504
Total	1.487	6.504
Compras de licenças:		
Superbac (b)	2.200	2.200
Contas a pagar a partes relacionadas:		
Superbac (c)	10.668	707
4 Future Participações S/A	—	3.009
Superbac (e)	20.051	—
Total	30.719	3.716
Dividendos a pagar:		
Superbac	—	424
Itinoldo Salvalvígio	—	1.034
Beatriz Gonçalves Ribeiro	—	1.189
Biogenesis	1.497	—
Total	1.497	2.647
Vendas brutas de produtos		
Rio Aguary SRL	17.693	14.797
MBR Shopping	2.985	3.695
Total	20.678	18.492
Compras de matéria prima		
Superbac (e)	11.667	12.906
Total	11.667	12.906

Despesas financeiras - contratação de carta de fiança:

	2017	2016
SB Participações e acionistas - pessoa físicas (d)	1.670	1.155
(e) Em 2015, a SB Participações contratou um empréstimo junto à Companhia no montante de R\$14.479. Em 1 de maio de 2015, a Superbac incorporou a dívida da SB Participações e, consequentemente, assumiu todos as obrigações. Esse saldo será compensado com os dividendos futuros. O montante de R\$5.017 e R\$7.975 foram compensados nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente. (f) Refere-se à aquisição de licenciamento de tecnologia no valor de R\$1.900 e desenvolvimento de fertilizantes orgânicos e organominerais com aditivos biológicos no valor de R\$300, cujos valores estão classificados no balanço patrimonial na rubrica "ativo intangível". (g) Refere-se a contrato mútuo adquirido em 22 de dezembro 2017, no montante principal de R\$20 milhões, e vencimento em 22 de dezembro de 2019, atualizado pela taxa de 4,96% + variação da taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Os juros serão cobrados semestralmente em 25 de maio de 2018 e 25 de outubro de 2018. (d) A Companhia contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R\$1.670 em 2017 (R\$1.155 - 2016), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é 4% sobre o montante total das captações efetuadas. (e) Refere-se à compra de matéria-prima da controladora Superbac, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuados entre as partes.		

10. Estoques:	2017	2016
Matéria-prima	12.559	11.442
Produtos em processo	4.513	7.898
Embalagens	1.120	561
Produto acabado	412	598
Material de consumo	1.595	629
Adiantamentos a fornecedores	10.162	985
Total	30.361	22.113

11. Impostos a Recuperar:	2017	2016
PIS e COFINS (a)	2.171	688
IRPJ e CSLL	—	4.240
ICMS (b)	404	496
IRRF sobre aplicação financeira	30	—
Total	2.605	5.424

(a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais. (b) O saldo em 31 de dezembro de 2017 é oriundo das aquisições de matérias-primas e insumos, os quais não foram compensados em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional. <b>12. Ativo Não Circulante Mantido para Venda:</b>	2017	2016
Máquinas e equipamentos	866	569
Imóveis destinados a venda	1.023	863
Total	1.889	1.432

Movimentação do ativo mantido para venda é conforme demonstrada abaixo:	2017	2016
Saldo em 31.12.2016	1.432	900
Adições	—	(443)
Venda	—	1.889
Saldo em 31.12.2017	1.432	1.889

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas, estando estes contabilizados pelo custo de aquisição. A Administração está em fase de estudos de viabilidade de venda desses ativos no horizonte de 1 ano e entende não haver perdas por "impairment" a serem reconhecidas no exercício.

13. Imobilizado e Intangível:	2017	2016		
Taxas anuais de depreciação	3.051	3.051		
Depreciação/ amortização	(4.686)	(4.686)		
Líquido	1.635	1.635		
Terrenos	4%	(1.044)	4.686	4.889
Edifícios	12%	(2.424)	6.314	2.858
Máquinas e equipamentos	20%	(4.555)	2.498	2.692
Veículos	32%	638	(608)	30
Softwares	12%	642	(66)	576
Móveis e utensílios	10%	299	(41)	258
Instalações	15%	71	(22)	49
Ferramentas	30%	401	(147)	254
Equipamentos de informática	—	40.370	(40.370)	24.442
Imobilizado em andamento	—	5.430	(5.430)	3.510
Adiantamento a fornecedores	2.200	—	2.200	2.200
Ativo intangível (Nota 9)	—	—	—	44.352
Total	72.125	(6.409)	65.716	65.716

Saldo em 31 de dezembro de 2015 **19.165**

Aquisições **27.172**

Baixa **(59)**

Depreciação e amortização **(1.926)**

Saldo em 31 de dezembro de 2016 **44.352**

Aquisições **(32)**

Depreciação e amortização **(1.495)**

Saldo em 31 de dezembro de 2017 **65.716**

Em 31 de dezembro de 2017, RS 4.411 (R\$4.411 em 2016) em bens do ativo imobilizado tinham sido dados em garantia de financiamentos com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa de R\$1.495 (R\$1.926 em 31 de dezembro de 2016) referente à depreciação e amortização foi debitada ao resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no montante de R\$ 916 (R\$905 em 31 de dezembro de 2016), e R\$579 (R\$1.021 em 31 de dezembro de 2016), na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **14. Fornecedores:** O saldo de R\$ 29.860 (R\$ 18.713 em 2016) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais no curso normal dos negócios, ao qual foram ajustados ao valor presente pela taxa SELIC no montante de R\$ 92 (R\$ 335 em 2016), sendo classificado como passivo circulante em razão de os vencimentos serem inferiores a um ano.

continua



continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado) da Minorgan Indústria e Comércio Fertilizantes S.A.

	Taxa de Juros (a.a.)	Moeda	2017	2016
15. Empréstimos e Financiamentos:				
Capital de giro (a)	8,00% a 28,47%	RS	107.806	52.483
Finame (b)	5,50% a 11,40%	RS	3.991	5.260
Adiantamento de crédito câmbio - ACC (c)	4,80% a 6,30%	RS	5.980	14.141
BNDES (d)	7% a 10,07%	RS	18.801	9.782
Cédula de Crédito à Exportação - CCE (e)	9,24% a 9,24%	RS	-	598
BNDES (f)	16,90%	RS	4.533	7.980
Duplicatas descontadas (f)	14,98%	RS	232	275
Outros			141.343	90.519
Circulante			67.930	50.620
Não circulante			73.413	39.899

(a) **Capital de giro:** Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade capital de giro têm encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócios. O prazo médio de amortização desses contratos é de 29 meses, sendo os juros pagos mensalmente com as parcelas do principal, conforme os vencimentos definidos em cada contrato. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2018	2019	2020	Total
Capital de giro	54.670	39.000	14.136	107.806

(b) **Finame:** Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME têm encargos financeiros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP somados a um "spread" fixo. O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 62 meses, sendo os juros pagos mensalmente com as parcelas do principal, conforme os vencimentos definidos em cada contrato. O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2018	2019	2020	Demais anos	Total
Finame	1.100	1.000	1.000	891	3.991

(c) **Adiantamento de Contratos de Câmbio - ACC:** O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de ACC tem por objetivo antecipar recursos por conta de exportação de mercadorias e suprir as necessidades de caixa vinculadas a operação da Companhia. O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 12 meses, com vencimento em maio e junho de 2018, sendo os juros e o principal pagos no vencimento do contrato. (d) **Projeto Inova Agro - BNDES:** Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficiência agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos.

	2018	2019	2020	Demais anos	Total
Projeto Inova Agro	16.641				16.641
BNDES Revitaliza	2.160				2.160
Total	18.801				18.801

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2018	2019	2020	Demais anos	Total
Projeto Inova Agro	1.000	2.500	2.500	10.641	16.641
BNDES revitaliza	605	605	605	345	2.160
Total	1.605	3.105	3.105	10.986	18.801

(e) **Operação de duplicatas descontadas:** O desconto de duplicatas é uma operação financeira em que a Companhia entrega determinadas duplicatas para o banco e este lhe antecipa o valor em conta corrente, cobrando juros antecipadamente, embora a propriedade dos títulos negociados seja transferida para a instituição, a Companhia é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58.864	-
Captações	93.893	-
Juros incorridos	12.362	-
Amortização principal	(63.800)	-
Pagamento de juros	(10.800)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.519	-
Captações	116.601	-
Juros incorridos	14.053	-
Amortização principal	(63.390)	-
Pagamento de juros	(16.440)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	141.343	-

**Garantias**  
As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, cessão fiduciária de recebíveis de duplicatas, hipotecas, notas promissórias e aplicações financeiras no montante de R\$57.453 (R\$56.167 em 2016). **Cláusulas contratuais restritivas - "Covenants":** O contrato de financiamento do Projeto Inova Agro com o BNDES possui cláusulas de restrição financeira "Covenants" referentes a limitações na distribuição de dividendos. O pagamento de dividendos aos acionistas, durante a vigência do contrato, está limitado a 25% do lucro apurado de cada exercício, sempre que a relação patrimônio líquido sobre o ativo total for inferior a 0,40; ou no máximo 50% sempre que a relação patrimônio líquido sobre o ativo total estiver na faixa entre 0,40 e 0,50. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está adimplente com todos os "covenants" vigentes.

**16. Obrigações Tributárias:**

	2017	2016
IRPJ e CSLL	7.219	5.106
ICMS	253	239
IRRF	52	168
Outros	103	80
Total	7.627	5.693

**17. Adiantamentos de Clientes:** Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes em 31 de dezembro de 2017, somavam R\$9.132 (R\$4.699 em 2016). Esses adiantamentos estão relacionados a clientes nacionais, os quais serão compensados quando do faturamento e da entrega dos produtos. Os montantes em questão não são passíveis de atualização.

**18. Outras Contas a Pagar:**

	2017	2016
Outras contas a pagar	1.112	1.547
Gratificações para funcionários	-	177
Prestadores de serviços	-	6.018
Total	1.112	7.742

**19. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.000 (R\$70.000 em 2016) e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2017	2016		
Superbac	6.949.838	76,52	6.631.969	73,02
Bio Gênesis	2.132.131	23,48	-	-
Inraldo Salvaggio	-	-	1.225.000	13,49
Beatriz Gonçalves Ribeiro	-	-	1.225.000	13,49
Total	9.081.969	100,00	9.081.969	100,00

No primeiro semestre de 2017 ocorreram as seguintes transações societárias: (i) Beatriz Gonçalves Ribeiro vendeu para Superbac 317.869 (trezentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas, representando na data 3,5% do capital social da Companhia; (ii) Inraldo Salvaggio vendeu para Bio-Gênesis Participações S.A. a totalidade de suas 1.225.000 (um milhão duzentos e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas, representando na data 13,49% do capital social da Companhia; (iii) Beatriz Gonçalves Ribeiro permutou com a Bio-Gênesis Participações S.A. 907.131 (novecentos e sete mil, cento e trinta e uma) ações ordinárias nominativas, equivalente a 9,99% do capital social da Companhia. (b) **Reserva legal:** Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada

para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. (c) **Dividendos:** Conforme estatuto social da Companhia, os acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator percentual de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em atendimento ao estatuto social da Companhia, foi constituída a reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$6.222 (R\$580 em 2016), conforme apresentado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	26.848	(1.342)
(-) Reserva legal	(1.342)	-
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	25.506	25,506
Dividendos mínimos anuais	6.222	6,222
Constituição de provisão para dividendos mínimos obrigatórios	6.222	6,222
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:		
Superbac	4.880	424
Bio Gênesis	1.497	-
Inraldo Salvaggio	-	1.034
Beatriz Gonçalves Ribeiro	-	1.189
Total	6.377	2.647

**20. Receita Operacional Líquida:**

	2017	2016
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	259.394	164.382
Vendas brutas de produtos no exterior	17.693	14.787
Prestação de serviços	1.210	601
Ajuste a valor presente	(10.626)	(7.392)
Impostos incidentes sobre vendas	(10.429)	(5.368)
Devoluções	(3.086)	(3.475)
Total	254.156	163.535

**21. Demonstração dos Custos e das Despesas por Natureza Incluídos no Resultado do Exercício:**

	2017	2016
Mercadorias	(128.102)	(92.485)
Despesa com pessoal	(23.558)	(14.457)
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	5.545
Despesa com comissão	(8.587)	(12.533)
Despesa com veículos	(1.914)	(2.111)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.646)	(934)
Baixa de imobilizado	32	59
Despesa com fretes	(11.994)	(3.116)
Despesa com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadas	(6.569)	(5.889)
Despesa com manutenção	(4.018)	(1.521)
Depreciação e amortização	(1.495)	(1.926)
Perda de recebíveis	(52)	(2.005)
Despesa com serviços de terceiros	(8.969)	(12.240)
Outros	(5.388)	(1.089)
Total	(202.260)	(144.702)

Classificados como:

	2017	2016
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(153.181)	(107.194)
Despesas com vendas	(28.284)	(23.316)
Despesas gerais e administrativas	(20.579)	(14.258)
Outras despesas (receitas), líquidas	(216)	66
Total	(202.260)	(144.702)

**22. Despesas Financeiras, Líquidas:**

	2017	2016
Receitas financeiras:		
Varição cambial ativa	-	15
Rendimentos de aplicação financeira	4.414	2.731
Juros recebidos	719	751
Ajuste a valor presente	8.292	6.859
Descontos obtidos	34	7
Total	13.460	10.365
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.732)	(12.362)
Juros sobre desconto de duplicatas	(1.899)	(1.299)
Ajuste a valor presente	(1.102)	(1.556)
Remuneração com fiadores (nota explicativa nº 10)	(1.670)	(1.155)
Juros e multas sobre atrasos	(280)	(5.628)
Varição cambial passiva	(14)	(225)
Despesas bancárias	(1.914)	(2.312)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(32)	(216)
Total	(23.938)	(24.713)
Despesas financeiras, líquidas	(10.478)	(14.350)

**23. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Diferidos:** As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2017	2016
Ativo:		
Provisão para comissões a pagar	4.085	3.186
Ajuste a valor presente	5.356	2.966
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.646	934
Provisão para gratificações	3.217	179
Total	14.304	7.265

Passivo:

	2017	2016
Ajuste a valor presente	(92)	(355)
Total	(92)	(355)
Base líquida dos impostos	14.212	6.910
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	4.832	2.349

**b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social:** As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2017 e 2016. A seguir está apresentada a conciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	41.418	4.483
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(14.082)	(1.524)
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Outros	(488)	(515)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(14.570)	(2.039)
Corretes	(17.053)	(443)
Diferidos	2.483	(1.596)
Total	(14.570)	(2.039)

**24. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, conta a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos e saldos com partes relacionadas estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota explicativa 3.4 Na data das demonstrações financeiras, o saldo dessas ativos e passivos financeiros é classificado como segue:

	2017	2016
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.938	47.927
Aplicações financeiras	31.887	31.371
Contas a receber de clientes	178.628	45.192
Contas a receber de partes relacionadas	16.600	16.618
Total	229.053	141.108

Outros passivos financeiros:

	2017	2016
Fornecedores	29.860	18.713
Contas a pagar a partes relacionadas	28.952	3.716
Empréstimos e financiamentos	141.343	90.519
Total	200.155	112.948

**Risco de crédito:** A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantir às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Risco da taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia é remunerado pela CDI de 95% a 105%.

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº6	1.938	47.145
Aplicação financeira - nota explicativa nº7	31.887	31.371
Empréstimos capital de giro - nota explicativa nº15	(107.806)	(52.483)
Total	(73.981)	26.033

**Análise de sensibilidade à variação da taxa de taxa CDI:** A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexados à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R\$33.825 e passivos financeiros no montante de R\$107.806. A expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva da CDI estimada em 6,50% cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa de efetiva de 7,00% verificada no ano de 2017. **Análise de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

	Cenário I provável	Cenário II de 25% de acréscimo	Cenário II de 25% de decréscimo
Taxa efetiva anual da CDI em	7,00%	7,00%	7,00%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	33.825	33.825	33.825
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	6,50%	4,87%	8,13%
Efeito no instrumento financeiro	(169)	(720)	382

**Análise dos passivos financeiros**

	Cenário I provável	Cenário II de 25% de acréscimo	Cenário II de 25% de decréscimo
Taxa efetiva anual da CDI em 2017	7,00%	7,00%	7,00%
Passivos financeiros	107.806	107.806	107.806
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	6,50%	4,87%	8,13%
Efeito no instrumento financeiro	(539)	(2.296)	1.218

**Análise de sensibilidade à variação da taxa de TJP:** A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da TJP em 31 de dezembro de 2017. Nestas condições, a Companhia apresentava valores patrimoniais de empréstimos no valor de R\$22.792. A expectativa de mercado indicava uma taxa de TJP estimada em 7,00% cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de 7,5% verificada no ano de 2017.

	Cenário I provável	Cenário II de 25% de acréscimo	Cenário II de 25% de decréscimo
Taxa efetiva anual da TJP em 2017	7,50%	7,50%	7,50%
Passivos financeiros	22.792	22.792	22.792
Taxa anual estimada da TJP 12 meses	6,75%	5,06%	8,44%
Efeito no instrumento financeiro	(171)	(556)	214

**Risco de taxa de câmbio:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, principalmente, nas transações de venda com o exterior, as quais são basicamente denominadas em dólares norte-americanos (US\$). A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US\$) é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Contas a receber de clientes:		
Contas a receber	16.600	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	13.218
Exposição líquida	16.600	13.218

**Análise de sensibilidade:** Com base na posição patrimonial de 31 de dezembro de 2017, estima-se que os efeitos de um aumento ou uma redução de 20% na taxa de câmbio do real (R\$) perante as moedas estrangeiras resultaria em ganho ou perda consolidados, nos montantes demonstrados a seguir:

	Montante exposto	Perda sobre exposto	Montante exposto	Perda sobre exposto
Câmbio	16.600	3.320	16.600	3.320

**Operações com instrumentos financeiros derivativos - "Swap":** Na tabela a seguir é apresentado o derivativo contratado pela Companhia aberto por posição ativa e passiva:

	Operação	Contraparte principal - RS	Valor de detalhe da operação	2017	2016
SWAP	Banco ABC	18.			

continuação

Minorgan Indústria e Comércio Fertilizantes S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, excresmos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2018

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.  
Marcos H. Oliver D. Marcondes  
Contador - CRC nº 1 SP 250968/O-2

Deloitte

40526/2018



SIDERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS S.A.

CNPJ nº 73.586.976/0001-61

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações de Resultados, as Demonstrações de Resultados Abrangentes, os Fluxos de Caixa, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, correspondentes aos exercícios findos em 2017 e 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Valores expressos em reais)					
	2017	2016			
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	513.027	173.845	Fornecedores	12.455.350	14.609.972
Clientes	12.948.013	20.113.079	Empréstimos e financiamentos	1.544.456	5.835.616
Estoques	22.624.126	25.320.074	Obrigações sociais e trabalhistas	1.689.895	1.522.103
Impostos a recuperar	2.684.898	2.897.408	Impostos, taxas e contribuições a recolher	780.701	190.318
Adiantamentos	4.044.848	2.701.179	Outras contas a pagar	2.309.114	497.956
Despesas do exercício seguinte	411.342	705.981			
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>43.226.254</b>	<b>51.911.567</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>18.779.517</b>	<b>22.655.963</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Contas a receber	469.690	484.392	Empréstimos e financiamentos	58.585.366	58.936.201
Conta a receber de partes relacionadas	25.176.264	24.494.905	Parcelamentos de impostos	40.550.340	37.175.830
Outros diferidos	19.767.810	19.767.810			
Imobilizado	8.929.502	5.541.290			
Intangível	64.360	197.528			
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>54.407.626</b>	<b>50.485.926</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>99.135.705</b>	<b>96.112.031</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>97.633.880</b>	<b>102.397.493</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Capital social	19.718.611	19.718.611
			Reserva legal	412.636	412.636
			Prejuízos acumulados	(40.412.589)	(36.501.750)
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(20.281.342)</b>	<b>(16.370.502)</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>97.633.880</b>	<b>102.397.492</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em reais)		
	2017	2016
<b>RECEITA BRUTA</b>		
Receitas de vendas de produtos e serviços	205.344.578	205.659.277
Impostos e deduções de vendas	(40.157.487)	(39.279.880)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>165.187.090</b>	<b>166.379.397</b>
<b>CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS</b>	<b>(115.895.626)</b>	<b>(115.444.312)</b>
<b>LCURO BRUTO</b>	<b>49.291.465</b>	<b>50.935.085</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:</b>		
Vendas	(31.679.398)	(26.663.054)
Gerais e administrativas	(13.232.261)	(12.661.985)
Outras receitas operacionais, líquidas	132.374	301.526
<b>LCURO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>4.512.681</b>	<b>11.911.572</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	7.423.244	24.448.335
Despesas financeiras	(15.846.764)	(20.247.839)
<b>LCURO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	<b>(3.910.839)</b>	<b>16.112.069</b>
<b>LCURO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.910.839)</b>	<b>16.112.069</b>
<b>LCURO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO</b>	<b>(0,21)</b>	<b>0,88</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em reais)		
	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(3.910.839)	16.112.069
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado Abrangente do Exercício	(3.910.839)	16.112.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em reais)		
	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(3.910.839)</b>	<b>16.112.069</b>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.665.890	1.471.817
Provisão créditos de liquidação duvidosas	-	352.695
<b>(2.244.950)</b>	<b>17.936.581</b>	
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>		
Redução/Aumento em clientes	7.185.066	7.176.179
Redução/Aumento em estoques	212.510	(1.429.036)
Redução/Aumento em despesas do exercício seguinte	294.640	(5.871)
Redução/Aumento em impostos a recuperar	1.343.699	151.985
Redução/Aumento em adiantamentos	(1.343.699)	421.932
Redução/Aumento em valores a receber - longo prazo	(666.657)	9.372.236
Aumento/Redução em fornecedores	(2.154.621)	(21.840.215)
Aumento/Redução em obrigações sociais e trabalhistas	167.792	1.023.365
Aumento/Redução em obrigações tributárias	3.964.893	8.197.779
Aumento/Redução em outras contas a pagar	1.811.358	105.713
	(2.147.060)	3.174.066
<b>Caixa líquido proveniente das operacionais</b>	<b>9.902.310</b>	<b>21.110.647</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Resultado na venda de ativo imobilizado	288.927	243.031
Aquisição imobilizado	(5.208.860)	(1.051.576)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(4.920.933)</b>	<b>(808.545)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Aumento/Redução em empréstimos e financiamentos	(4.641.995)	(23.842.614)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(4.641.995)</b>	<b>(23.842.614)</b>
<b>Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>339.182</b>	<b>(3.540.512)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	173.845	3.714.357
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	513.027	173.845
<b>Equivalente de Caixa</b>	<b>339.182</b>	<b>(3.540.512)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em reais)				
	RESERVA DE LUCROS			
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>19.718.611</b>	<b>412.636</b>	<b>(36.501.750)</b>	<b>(16.370.503)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<b>(3.910.839)</b>	<b>(3,910.839)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>19.718.611</b>	<b>412.636</b>	<b>(40.412.589)</b>	<b>(20.281.342)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em reais)

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL.**  
A companhia, com sede e Unidade Industrial em São José dos Pinhais - Paraná, à BR 376, Km 625, tem como atividades preponderantes a pesquisa, desenvolvimento, industrialização e comercialização de especialidades químicas.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, Lei nº 6.404/76, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Sociedade e de suas controladas e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.**  
**3.1 - Valor presente.**  
A empresa elaborou cálculos relacionados ao ajuste a valor presente de ativos e passivos considerando os prazos médios de recebimentos e pagamentos, os quais não indicaram nenhum ajuste a valor presente a ser registrado.

**3.2 - Instrumentos financeiros - Valor justo.**  
Os valores registrados que envolvem instrumentos financeiros de ativos e passivos, tais como: disponibilidades, contas a pagar e a receber, estão compatíveis com atuais taxas de mercado para os respectivos prazos de realização e vencimento e se aproximam do valor justo, conforme orientação do CPC 14 e IN CFM 475/08.

**3.3 - Resumo das demais práticas contábeis**  
a) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazo de um ano são demonstrados como circulante, acrescidos, quando devido, dos rendimentos e encargos proporcionais até a data do balanço.  
b) Os ativos e passivos em reais, sujeitos à indexação contratual e legal, são corrigidos nas datas dos balanços, pela aplicação correspondente ao índice. Ganhos e perdas decorrentes das variações monetárias, são reconhecidos no resultado em bases correntes.  
c) Investimentos - São decorrentes de participações societárias, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.  
d) Imobilizado - É registrado ao custo de aquisição, deduzida da depreciação calculada pelo método linear, de acordo com as taxas admitidas pela legislação fiscal vigente.  
e) O Imposto de Renda e a Contribuição Social, são registrados pelo regime de competência de exercícios, calculados levando-se em consideração a legislação fiscal e reconhecimentos do resultado dos exercícios.  
f) A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.  
g) Os resultados são apurados pelo regime de competência dos exercícios.

**4 - ESTOQUES.**

	2017	2016
Matéria Prima	13.243.006	11.031.306
Produtos em Processo	549.925	261.103
Produto Acabado	8.783.798	13.934.817
Custo Acabado em Consignação	48.074	72.848
<b>TOTAL</b>	<b>22.624.126</b>	<b>25.320.074</b>

**5 - IMOBILIZADO.**

	2017	2016
Equipamentos Administrativos/Industriais	15.937.784	15.023.671
Imóveis	184.657	159.187
Instalações Administrativas/Industriais	3.478.786	3.475.857
Móveis e Utensílios	2.269.000	638.000
Veículos	2.578.698	1.422.823
Depreciação Acumulada	(16.274.203)	(15.746.400)
Imparidade	32.508	407.124
<b>TOTAL</b>	<b>8.929.502</b>	<b>197.528</b>

A administração da companhia analisa a vida periódica útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil - econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da companhia.

**6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**  
a) Capital social.  
O capital social, de R\$ 19.718.611, está dividido em 6.086.839 ações ordinárias com direito a voto, e 12.175.503 ações preferenciais sem direito a voto.  
b) Dividendos.  
Aos acionistas é garantido de acordo com a Lei nº 6404/76, e o Estatuto Social, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação.  
c) Reserva Legal.  
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6404/76, até o limite de 20% do capital social.  
**7 - SEGUROS.**  
A política da companhia é contratar cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a risco e por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros. Modalidades contratadas: incêndio, danos materiais e pessoais, responsabilidade civil e roubos.

**DIRETORIA**  
STEFANO BONETTI  
DIRETOR PRESIDENTE  
RAUL DIAS JUNIOR  
DIRETOR  
JOSÉ ANTONIO MANTOVANI  
CONTADOR CRC/PR - 025.341/0-5

40300/2018